

Números da sucessão

O alto comando da candidatura Tancredo Neves olha o futuro da sucessão presidencial por entre duas hipóteses. A otimista é a que promete a derrota do adversário Paulo Maluf no Colégio Eleitoral por 192 votos. A pessimista, também que Maluf perca, mas por diferença menor: 179 votos.



Coisas da política

Pode-se encarar esses números com variados graus de ceticismo político. Mas o fato é que, a favor deles, há pelo menos dois argumentos. O primeiro: eles não foram feitos para ampla divulgação, como peças de propaganda eleitoral e, portanto, de pura bravata. São dados para uso interno, guardados da glória mundana, até para preservar no anonimato compromissos de adesão que ainda esperam a hora mais conveniente para se tornarem públicos. Este é o caso, por exemplo, do Governador José Agripino, do Rio Grande do Norte. Para todos os efeitos práticos, já tancredou. Sua decisão de aderir ao candidato do PMDB, largando o do PDS, custou-lhe no Estado alguns dissabores familiares. Quase brigou com seu tio, o ex-Governador Lavoisier Maia. E condenou seu pai, o também ex-Governador Tarcísio

Maia, a ficar de prontidão para desembarcar em breve do cargo que ocupa numa das estatais do Governo Federal, a Companhia de Álcalis.

O Governador Agripino só retardou a decisão, porque o protocolo exige que ele antes a comunique ao Presidente João Figueiredo, coisa que depende agora da confirmação de uma audiência no Palácio do Planalto. Com isso, ganhou tempo para que o Ministro Mário Andreazza tentasse cumprir a promessa de apressar, na Seplan, a liberação de um financiamento de 50 milhões de dólares para o Rio Grande do Norte — já concedido lá fora, mas encalhado aqui dentro. Na próxima reunião da Sudene, sexta-feira, se o dinheiro até lá não desencantar, é provável que José Agripino aproveite a chance para um discurso contra o estrangulamento econômico dos governos nordestinos, numa espécie de prefixo do anúncio que fará depois — o da aliança com Tancredo, levando seis votos do PDS para o PMDB: cinco delegados da Assembleia Legislativa, mais o Deputado Federal Antônio Florêncio.

Esse quadro de adesões incubadas repete-se por quase todo o Nordeste, com exceção da Paraíba, onde o governador Wilson Braga é uma exceção de lealdade à candidatura Paulo Maluf. O resto todo está armando o salto para trocar de nome no Colégio Eleitoral. A partir do mês que vem, aguardam-se proclamações em série de opção por Tancredo, pelos Governadores João Durval, da Bahia, Hugo Napo-

leão, do Piauí, João Alves, de Sergipe, e Divaldo Suruagy, de Alagoas. Outros não precisam definir sua posição pessoal, como o Governador do Ceará, Gonzaga da Motta, porque eram antimalufistas de primeira hora. Nem por isso, ele e o Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, deixarão de ter novidades para movimentar esta fase da sucessão. Gonzaga da Motta, cuja simpatia por Tancredo corria o risco de ser estritamente simbólica, por falta de controle da política local, arrastará na companhia do Vice-Governador Adauto Bezerra dez ou onze votos.

É essa a conta que dá 192 votos de vantagem a Tancredo, descontadas as perdas previstas na Oposição — oito votos no PMDB, três no PDT e sete no PTB. Ela sem dúvida é sujeita a perdas, por erro de avaliação dos tancredistas, ou porque um valor mais alto se alevante do lado malufista, o que justifica a existência de um outro cálculo na algibeira do candidato, dando como resultado a margem de 179 votos. Mas esses são os números que, fora do noticiário, correm pelos canais competentes da sucessão presidencial, não só os canais oposicionistas, como os outros subterrâneos, dos vários organismos da comunidade de informações que rastreiam as candidaturas para o Governo. Podem ser levados a sério exatamente por isso — por não se prestarem à publicidade, e sim às estratégias de campanha. Os que o Deputado Paulo Maluf mostrou ao Presidente João Figueiredo no domingo passado e em seguida acenou à

televisão talvez sejam projeções do efeito devastador sobre o tancredismo de uma tática eleitoral que só ele conhece, por enquanto, não apresentou para o duelo sucessório. O que entrega todas as dúvidas a respeito dessas contas a uma série de incógnitas indecifrável a qualquer processo de aferição, lógica ou matemática. Tem número, mas não é aritmética — é cabala.

Resume-se, portanto, o problema a uma questão de fé. Quem acredita em magia, ou se acostumou nos últimos anos a ver o Deputado Paulo Maluf em rota sempre ascensional, contrariando todas as leis da política, tem todo o direito de dar a seu rascunho de cálculos, divulgado esta semana, o valor que os apostadores conferem às listas do jogo do bicho — vale o que está escrito. Mas esse crédito nada tem a ver com o Colégio Eleitoral que neste momento está em gestação, sob a influência do ambiente político brasileiro e a herança de 20 anos de regime militar. O Colégio Eleitoral tem números inteiramente diversos, que aliás estarão expostos à curiosidade pública dentro de muito pouco tempo, logo que os governadores do Nordeste destampem as decisões que já tomaram. Para checá-los, não será preciso esperar o dia 15 de janeiro — o que vem a ser um segundo motivo com uma certa dose de confiança.

MARCOS SÁ CORRÊA

Editor da revista "Veja"